

MAPA CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES ELEITORAIS

ELEIÇÕES GERAIS PARA OS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

01-10-2017

Legislação aplicável:

LEOAL - Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais - Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (com as alterações das Leis Orgânicas n.º 1/2017, de 2 de maio e n.º 2/2017, de 2 de maio).

Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto - Direito de reunião

Lei n.º 71/78, de 27 de dezembro - Lei da Comissão Nacional de Eleições

Lei n.º 97/88, de 17 de agosto - Afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda

Lei n.º 13/99, de 22 de março - Regime jurídico do recenseamento eleitoral

Lei n.º 26/99, de 3 de maio - Alargamento da aplicação dos princípios reguladores da propaganda e da obrigação da neutralidade das entidades públicas à data da marcação das eleições ou do referendo

Lei n.º 10/2000, de 21 de junho - Regime jurídico da publicação ou difusão de sondagens e inquéritos de opinião

Lei n.º 19/2003, de 20 de junho - Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais

Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro - Organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho - Cobertura jornalística em período eleitoral e meios de publicidade comercial

NOTAS:

1. As datas indicadas constituem limites temporais máximos no pressuposto dos respetivos atos ou notificações terem lugar imediatamente e dentro dos prazos respeitantes à diligência processual que os antecede ou determina, não dispensando, contudo, a confirmação pelos interessados das datas exatas junto das entidades competentes.

2. Quando o termo do prazo de recurso para o Tribunal Constitucional (TC) recair em sábado, domingo ou feriado, o ato em causa poderá, ainda, ser praticado até às 9 horas do primeiro dia útil seguinte (cf. Acórdão n.º 328/85 do TC).

3. Quando a LEOAL ou outro dos diplomas aqui indicados não preveem expressamente o recurso para o Tribunal Constitucional, aplica-se o direito geral previsto na lei do TC de recorrer de quaisquer atos administrativos definitivos e executórios praticados pela Comissão Nacional de Eleições ou por outros órgãos da administração eleitoral (artigos 8.º f) e 102.º-B da Lei n.º 28/82, de 15 de novembro).

4. As disposições legais mencionadas sem outra indicação reportam-se à LEOAL.

X = dia útil seguinte ao termo do prazo.

	Atos	Intervenientes	Suporte legal	Datas	Texto legal
I - MARCAÇÃO DA ELEIÇÃO e ATOS INICIAIS					
1.01	Marcação da eleição	Governo	15.º, n.º 1 Decreto do Governo n.º 15/2017, de 12 de maio	12-05-2017	O dia da realização das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais é marcado por decreto do Governo com, pelo menos, 80 dias de antecedência.
1.02	Elaborar o mapa-calendário	Comissão Nacional de Eleições	6.º Lei 71/78	de 13-05-2017 a 20-05-2017	Marcada a data das eleições , a Comissão Nacional de Eleições faz publicar nos órgãos de comunicação social, nos oito dias subsequentes , um mapa-calendário contendo as datas e a indicação dos actos que devem ser praticados com sujeição a prazo.
1.03	Igualdade de oportunidades e de tratamento das candidaturas	Entidades públicas e privadas	38.º, 40.º da LEOAL e Lei 26/99	de 12-05-2017 a 01-10-2017	Os candidatos, os partidos políticos, coligações e grupos proponentes têm direito a efectuar livremente e nas melhores condições a sua propaganda eleitoral, devendo as entidades públicas e privadas proporcionar-lhes igual tratamento (...). Os princípios gerais enunciados no presente capítulo são aplicáveis desde a publicação do decreto que marque a data das eleições gerais (...).
1.04	Neutralidade e imparcialidade perante as candidaturas	Entidades públicas	38.º e 41.º da LEOAL e Lei 26/99	de 12-05-2017 a 01-10-2017	Os órgãos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, das demais pessoas colectivas de direito público, das sociedades de capitais públicos ou

					de economia mista e das sociedades concessionárias de serviços públicos, de bens do domínio público ou de obras públicas, bem como, nessa qualidade, os respectivos titulares, não podem intervir directa ou indirectamente na campanha eleitoral nem praticar actos que de algum modo favoreçam ou prejudiquem uma candidatura ou uma entidade proponente em detrimento ou vantagem de outra, devendo assegurar a igualdade de tratamento e a imparcialidade em qualquer intervenção nos procedimentos eleitorais. Os princípios gerais enunciados no presente capítulo são aplicáveis desde a publicação do decreto que marque a data das eleições gerais (...) .
1.05	Proibição de publicidade institucional de atos, programas, obras ou serviços	Órgãos do Estado e da Administração Pública	10.º n.º 4 Lei 72-A/2015	de 12-05-2017 a 01-10-2017	No período referido no n.º 1 (A partir da publicação do decreto que marque a data da eleição) é proibida a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública.
1.06	Proibição de publicidade comercial	-	10.º n.ºs 1, 2 e 3 Lei 72-A/2015	de 12-05-2017 a 01-10-2017	A partir da publicação do decreto que marque a data da eleição ou do referendo é proibida a propaganda política feita direta ou indirectamente através dos meios de publicidade comercial. Excluem-se da proibição prevista no número anterior os anúncios publicitários, como tal identificados, em publicações periódicas desde que se limitem a utilizar a denominação, símbolo e sigla do partido, coligação ou grupo de cidadãos e as informações referentes à realização de um determinado evento. Excluem-se igualmente da proibição prevista no n.º 1, nos mesmos termos do número anterior, anúncios publicitários nas estações de radiodifusão e bem assim nas redes sociais e demais meios de expressão através da Internet.
1.07	Destinar prédios a sedes de campanha	Arrendatários de prédios urbanos	66.º n.º 1	de 12-05-2017 a 21-10-2017	A partir da data da publicação do decreto que marcar o dia das eleições (...) e até 20 dias após o acto eleitoral, os arrendatários de prédios urbanos podem, por qualquer meio, incluindo a sublocação por valor não excedente ao da renda, destiná-los, através de partidos, coligações e grupos de cidadãos proponentes, à preparação e realização da campanha eleitoral, seja qual for o fim do arrendamento e sem embargo de disposição em contrário do respectivo contrato.
1.08	Avisar o presidente da câmara municipal da realização de ações de rua	Órgão competente do partido político ou o primeiro proponente do grupo de cidadãos	50.º n.º 2 LEOAL e 2.º n.º 1 DL 406/74	-	O aviso a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto, é feito pelo órgão competente do partido ou partidos políticos interessados ou pelo primeiro proponente, no caso de grupos de cidadãos eleitores, quando se trate de reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público. (Os partidos políticos ou os grupos de cidadãos eleitores) que pretendam realizar reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público avisam por escrito e com a antecedência mínima de 2 dias úteis o presidente da câmara municipal territorialmente competente.
1.09	Objetar à realização de ações de rua	Presidente da câmara municipal	3.º n.º 2 DL 406/74	-	As autoridades competentes só poderão impedir as reuniões cujo objecto ou fim contrarie o disposto no

					artigo 1.º, entendendo-se que não são levantadas quaisquer objecções (...) se estas não forem entregues por escrito nas moradas indicadas pelos promotores no prazo de vinte e quatro horas.
1.10	Recorrer para o TC	Órgão competente do partido político ou o primeiro proponente do grupo de cidadãos	50.º n.º 8 LEOAL e 14.º DL 406/74	-	O recurso previsto no n.º 1 do artigo 14.º do diploma citado (das decisões das autoridades sobre a realização de reuniões) é interposto no prazo de 48 horas para o Tribunal Constitucional.
1.11	Lista de países de origem de estrangeiros com: 1 - direito de voto: a) Estados Membros da União Europeia; b) Brasil e Cabo Verde; c) Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela 2 - direito a ser candidato e eleito: a) Estados Membros da União Europeia; b) Brasil e Cabo Verde.	Governo	2.º n.º 2 e 5.º n.º 2	Declaração 30/2017, 3 maio	São publicadas no Diário da República as listas dos países a cujos cidadãos é reconhecida capacidade eleitoral activa e passiva.
Número de mandatos de cada órgão autárquico					
1.12	Publicar os resultados do recenseamento eleitoral	Secretaria- Geral do Ministério da Administração Interna	12.º n.º 2	-	(...) o número de mandatos de cada órgão autárquico será definido de acordo com os resultados do recenseamento eleitoral, obtidos através da base de dados central do recenseamento eleitoral e publicados pelo Ministério da Administração Interna no Diário da República com a antecedência de 120 dias relativamente ao termo do mandato.
Campanha de esclarecimento cívico					
1.13	Esclarecer os cidadãos sobre as eleições, o processo e o modo de votar	Comissão Nacional de Eleições	52.º	-	Cabe à Comissão Nacional de Eleições promover, através de meios de comunicação social, públicos e privados, o esclarecimento objectivo dos cidadãos sobre o significado das eleições para a vida do País, sobre o processo eleitoral e sobre o processo de votação.
II - PROPOSITURA DAS CANDIDATURAS E CONTENCIOSO					
2.01	Comunicar ao TC as coligações de partidos e anunciar em 2 jornais	Órgãos competentes dos partidos políticos	17.º n.º 2	até 28-07-2017	A constituição da coligação deve constar de documento subscrito por representantes dos órgãos competentes dos partidos, deve ser anunciada publicamente até ao 65º dia anterior à realização da eleição em dois dos jornais diários de maior difusão na área da autarquia e deve ser comunicada, no mesmo prazo, ao Tribunal Constitucional , mediante junção do documento referido e com menção das respectivas denominação, sigla e símbolo para apreciação e anotação.
2.02	Decidir sobre as coligações de partidos e publicar por edital	Tribunal Constitucional	18.º n.ºs 1 e 2	-	No dia seguinte ao da comunicação , o Tribunal Constitucional, em secção, verifica a observância dos requisitos estabelecidos no nº 2 do artigo anterior, a legalidade das denominações, siglas e símbolos, bem como a sua identificação ou semelhança com as de outros partidos ou coligações.

					A decisão prevista no número anterior é imediatamente publicada por edital.
2.03	Recorrer para o plenário do TC	Representantes de qualquer partido ou coligação	18.º n.º 3	-	Da decisão cabe recurso, a interpor no prazo de 24 horas a contar da afixação do edital , pelos representantes de qualquer partido ou coligação, para o plenário do Tribunal Constitucional (...).
2.04	Decidir os recursos	Plenário do Tribunal Constitucional	18.º n.º 3	-	(...) que decide no prazo de 48 horas.
2.05	Apresentar as candidaturas perante: - O juiz do juízo local cível , quando exista; - O juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município; - O juízo de proximidade do respetivo município , que através dos respetivos serviços, remete as listas no próprio dia ao juiz competente	Partidos políticos, coligações de partidos e grupos de cidadãos	16.º n.º 1, 20.º n.º 1 e 3, 229.º n.º 3	até 07-08-2017	As listas (...) podem ser apresentadas pelas seguintes entidades proponentes: a) Partidos políticos; b) Coligações de partidos políticos constituídas para fins eleitorais; c) Grupos de cidadãos eleitores. As listas de candidatos são apresentadas perante o juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que as listas são apresentadas perante o respetivo juiz, até ao 55º dia anterior à data do acto eleitoral. As listas de candidatos podem também ser entregues em juízo de proximidade do respetivo município, que, através dos respetivos serviços de secretaria, as remete no próprio dia, para os mesmos efeitos, ao juiz competente (...). Para efeitos do disposto no artigo 20.º, as secretarias judiciais terão o seguinte horário , aplicável a todo o País: Das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos ; Das 14 às 18 horas.
2.06	Afixar as listas à porta do tribunal	Juiz do tribunal competente	25.º n.º 1	07-08-2017	Findo o prazo para a apresentação das candidaturas, é imediatamente afixada a relação das mesmas à porta do edifício do tribunal onde se encontra o juiz competente (...) e, sempre que for esse o caso, à porta das instalações do juízo de proximidade que se encontre sediado no município, com a identificação completa dos candidatos e dos mandatários.
2.07	Sorteio das listas e dos símbolos dos grupos de cidadãos, afixação do resultado e envio à CNE e ao presidente da câmara	Juiz do tribunal competente	30.º n.ºs 1, 2 e 3	08-08-2017	No dia seguinte ao termo do prazo para apresentação de candidaturas (...), na presença dos mandatários e dos candidatos que desejem assistir, o juiz preside ao sorteio das respectivas listas, para o efeito de se lhes atribuir uma ordem nos boletins de voto, assim como ao sorteio dos símbolos, em numeração romana, de 1 a 20, a utilizar pelos grupos de cidadãos. O resultado do sorteio é imediatamente afixado à porta do edifício do tribunal. Do acto de sorteio é lavrado auto, de que são imediatamente enviadas cópias à Comissão Nacional de Eleições, e, bem assim, ao presidente da câmara municipal respectiva, para efeitos de impressão dos boletins de voto.
2.08	Verificar as listas de candidatos	Juiz do tribunal competente	25.º n.º 2	de 08-08-2017 a 14-08-2017 X	Nos cinco dias subsequentes o juiz verifica a regularidade do processo, a autenticidade dos documentos que o integram e a elegibilidade dos candidatos.
2.09	Impugnar as listas de candidatos	Partidos políticos, coligações de partidos e grupos de cidadãos, seus	25.º n.º 3	de 08-08-2017 a 14-08-2017 X	De igual modo, no prazo referido no n.º 2 (cinco dias subsequentes), podem as entidades proponentes, os

		candidatos e mandatários			candidatos e os mandatários impugnar a regularidade do processo ou a elegibilidade de qualquer candidato.
2.10	Completar as listas	Mandatários das listas	26.º n.º 3	até 16-08-2017	No caso de a lista não conter o número exigido de candidatos efectivos e suplentes, o mandatário deve completá-la no prazo de quarenta e oito horas.
2.11	Suprir irregularidades ou substituir candidatos	Mandatários das listas	26.º n.º 2	até 17-08-2017	No prazo de três dias , podem os mandatários suprir irregularidades processuais ou substituir candidatos julgados inelegíveis ou sustentar que não existem quaisquer irregularidades a suprir ou candidatos a substituir, sem prejuízo de apresentarem candidatos substitutos para o caso de a decisão do tribunal lhes vir a ser desfavorável.
2.12	Rejeitar os candidatos inelegíveis e as listas com irregularidades não supridas	Juiz do tribunal competente	27.º n.º 1	-	São rejeitados os candidatos inelegíveis e as listas cujas irregularidades não tenham sido supridas.
2.13	Substituir os candidatos inelegíveis	Mandatários das listas	27.º n.º 2	até 18-08-2017	No caso de não ter sido usada a faculdade de apresentação de substitutos (...), o mandatário da lista é imediatamente notificado para que proceda à substituição do candidato ou candidatos inelegíveis no prazo de vinte e quatro horas e, se tal não acontecer, a lista é reajustada com respeito pela ordem de precedência dela constante e com a ocupação do número de lugares em falta pelos candidatos suplentes cujo processo de candidatura preencha a totalidade dos requisitos legais, seguindo a respectiva ordem de precedência.
2.14	Rejeitar a lista	Juiz do tribunal competente	27.º n.º 3	-	A lista é definitivamente rejeitada se, por falta de candidatos suplentes, não for possível perfazer o número legal dos efectivos.
2.15	Afixar as listas retificadas à porta do tribunal	Juiz do tribunal competente	28.º	até 18-08-2017	Decorridos os prazos de suprimentos , as listas rectificadas ou completadas são afixadas à porta do edifício do tribunal.
Reclamação					
2.16	Reclamar das decisões para o juiz	Candidatos, mandatários, partidos políticos, coligações ou os primeiros proponentes de grupos de cidadãos	29.º n.º 1	até 21-08-2017 X	Das decisões relativas à apresentação de candidaturas podem reclamar os candidatos, os seus mandatários, os partidos políticos, as coligações ou os primeiros proponentes de grupos de cidadãos eleitores concorrentes à eleição para o órgão da autarquia, até quarenta e oito horas após a notificação da decisão , para o juiz que tenha proferido a decisão.
2.17	Publicar à porta do tribunal as listas admitidas e enviar cópia ao Secretário-Geral do MAI	Juiz do tribunal competente	29.º n.ºs 5 e 6	até 21-08-2017	Quando não haja reclamações (...), é publicada à porta do edifício do tribunal uma relação completa de todas as listas admitidas. É enviada cópia das listas referidas no número anterior ao (Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna).
2.18	Responder às reclamações	Mandatários e representantes das listas	29.º n.ºs 2 e 3	até 23-08-2017	Tratando-se de reclamação apresentada contra a admissão de qualquer candidatura, o juiz manda notificar imediatamente o mandatário e os representantes da respectiva lista para responder, querendo, no prazo de quarenta e oito horas. Tratando-se de reclamação apresentada contra a decisão que tenha julgado inelegível qualquer candidato ou que tenha rejeitado qualquer candidatura, são notificados imediatamente os mandatários e os

					representantes das restantes listas, ainda que não admitidas, para responderem, querendo, no prazo referido no número anterior (de 48 horas).
2.19	Decidir as reclamações	Juiz do tribunal competente	29.º n.º 4	até 25-08-2017	O juiz decide as reclamações no prazo de dois dias a contar do termo do prazo previsto nos n.ºs 2 e 3 (de 2 dias a contar do termo do prazo previsto para resposta às reclamações).
2.20	Publicar à porta do tribunal as listas admitidas e enviar cópia ao Secretário-Geral do MAI	Juiz do tribunal competente	29.º n.ºs 5 e 6	até 25-08-2017	(...) logo que tenham sido decididas as (reclamações) que hajam sido apresentadas, é publicada à porta do edifício do tribunal uma relação completa de todas as listas admitidas. É enviada cópia das listas referidas no número anterior ao (Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna).
2.21	Novo sorteio das listas e dos símbolos dos grupos de cidadãos, afixação do resultado e envio à CNE e ao presidente da câmara de cópias	Juiz do tribunal competente	30.º n.ºs 1, 2 e 3	até 28-08-2017 X	No dia seguinte ao (...) da decisão de reclamação, quando haja, na presença dos mandatários e dos candidatos que desejem assistir, o juiz preside ao sorteio das respectivas listas, para o efeito de se lhes atribuir uma ordem nos boletins de voto, assim como ao sorteio dos símbolos, em numeração romana, de 1 a 20, a utilizar pelos grupos de cidadãos. O resultado do sorteio é imediatamente afixado à porta do edifício do tribunal. Do acto de sorteio é lavrado auto, de que são imediatamente enviadas cópias à Comissão Nacional de Eleições, e, bem assim, ao presidente da câmara municipal respectiva, para efeitos de impressão dos boletins de voto.
Recurso					
2.22	Recorrer das decisões finais para o TC	Candidatos, mandatários, partidos políticos, coligações e os primeiros proponentes dos grupos de cidadãos	31.º	até 28-08-2017 X	Das decisões finais relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional (...). O recurso deve ser interposto no prazo de quarenta e oito horas a contar da afixação das listas a que se refere o n.º 5 do artigo 29.º (quando tenham sido decididas as reclamações que hajam sido apresentadas).
2.23	Responder ao recurso	Mandatários ou representantes	33.º n.ºs 2 e 3	até 30-08-2017	Tratando-se de recurso de decisão que tenha julgado elegível qualquer candidato ou admitido qualquer candidatura, é imediatamente notificado o respectivo mandatário ou o representante para responder, querendo, no prazo de dois dias . Tratando-se de recurso de decisão que tenha julgado inelegível qualquer candidato ou rejeitado qualquer candidatura, são imediatamente notificados os mandatários ou os representantes das restantes candidaturas que hajam intervindo na reclamação para responderem, querendo, no prazo referido no número anterior (de dois dias).
2.24	Decidir e comunicar ao juiz recorrido	Tribunal Constitucional	34.º n.º 1	-	O Tribunal Constitucional, em plenário, decide, definitivamente, no prazo de 10 dias a contar da data da recepção dos autos (...), comunicando a decisão, no próprio dia, ao juiz recorrido .
2.25	Enviar cópias das listas ao presidente da câmara	Juiz do tribunal competente	35.º n.º 1	-	As listas definitivamente admitidas são imediatamente enviadas por cópia, pelo juiz, ao presidente da câmara municipal (...).

Publicação das listas definitivamente admitidas					
2.26	Publicar as listas definitivamente admitidas	Presidente da câmara municipal	35.º n.º 1	-	As listas definitivamente admitidas são imediatamente enviadas (...) ao presidente da câmara municipal, que as publica, no prazo de cinco dias , por editais afixados à porta dos edifícios do tribunal, da câmara municipal e das juntas de freguesia do município, no caso de eleição da assembleia e da câmara municipal, e no edifício da junta de freguesia e noutros lugares de estilo na freguesia, no caso de eleição da assembleia de freguesia.
Desistência de lista ou de candidato					
2.27	Desistência de lista ou de candidato perante o juiz do tribunal competente	Partido político, coligação ou primeiro proponente do grupo e os candidatos	36.º	até 28-09-2017	É lícita a desistência da lista até quarenta e oito horas antes do dia das eleições . A desistência deve ser comunicada pelo partido ou coligação proponentes, ou pelo primeiro proponente, no caso de lista apresentada por grupo de cidadãos, ao juiz, o qual, por sua vez, a comunica ao presidente da câmara municipal. É igualmente lícita a desistência de qualquer candidato, até ao momento referido no n.º 1 (48 horas antes do dia das eleições), mediante declaração por ele subscrita com a assinatura reconhecida notarialmente, mantendo-se, contudo, a validade da lista.
2.28	Comunicar a desistência de lista ou de candidato ao presidente da câmara municipal	Juiz do tribunal competente	36.º n.º 2	-	A desistência deve ser comunicada (...) ao juiz, o qual, por sua vez, a comunica ao presidente da câmara municipal.
III - RECENSEAMENTO ELEITORAL					
3.01	Suspensão da atualização do recenseamento eleitoral	-	5.º n.º 3 Lei 13/99	de 02-08-2017 a 01-10-2017	No 60.º dia que antecede cada eleição (...) e até à sua realização, é suspensa a actualização do recenseamento eleitoral (...)
3.02	Exposição das alterações ao recenseamento, nas juntas de freguesia	Comissões recenseadoras	57.º n.º 3 Lei 13/99	de 23-08-2017 a 28-08-2017	Entre os 39.º e o 34.º dias anteriores à eleição (...), são expostas nas sedes das comissões recenseadoras as listagens referidas no número anterior, para efeito de consulta e reclamação dos interessados.
3.03	Reclamar para a comissão recenseadora	Qualquer eleitor ou partido político	57.º n.ºs 3 e 4 e 60.º n.º 1 Lei 13/99	de 23-08-2017 a 28-08-2017	Durante os períodos de exposição , pode qualquer eleitor ou partido político apresentar reclamação, por escrito, perante a comissão recenseadora das omissões ou inscrições indevidas devendo essas reclamações ser encaminhadas para a (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna) no mesmo dia, pela via mais expedita.
3.04	Decidir as reclamações	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	60.º n.º 3 Lei 13/99	-	A (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna) decide as reclamações nos dois dias seguintes à sua apresentação , comunicando de imediato a sua decisão ao autor da reclamação, com conhecimento à comissão recenseadora que a afixa, imediatamente, na sua sede ou local de funcionamento, bem como nos postos de recenseamento, se existirem.
3.05	Recorrer para o tribunal (juízo local cível, quando exista, ou juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município)	Eleitor reclamante e partidos políticos	61.º n.º 1, 62.º e 63.º n.º 1 Lei 13/99	-	Das decisões da (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna) sobre reclamações que lhes sejam apresentadas cabe recurso para o tribunal da comarca da sede da respectiva comissão recenseadora.

					O recurso deve ser interposto no prazo de cinco dias a contar da afixação da decisão da (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna) ou da decisão do tribunal de comarca.
3.06	Decidir os recursos	Tribunal competente	65.º n.ºs 1 e 2 Lei 13/99	-	O tribunal decide definitivamente no prazo de quatro dias a contar da interposição do recurso. A decisão é imediatamente notificada à (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna), ao recorrente e aos demais interessados.
3.07	Recorrer para o TC	Eleitor reclamante e partidos políticos	61.º n.º 4 e 62.º da Lei 13/99	-	Das decisões do tribunal de comarca cabe recurso para o Tribunal Constitucional. O recurso deve ser interposto no prazo de cinco dias a contar da afixação da decisão da (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna) ou da decisão do tribunal de comarca.
3.08	Decidir os recursos	Tribunal Constitucional	65.º n.ºs 1 e 2 da Lei 13/99	-	O tribunal decide definitivamente no prazo de quatro dias a contar da interposição do recurso. A decisão é imediatamente notificada à (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna), ao recorrente e aos demais interessados.
3.09	Comunicar as retificações à BDRE	Comissões recenseadoras	58.º n.º 1 da Lei 13/99	-	Esgotados os prazos de reclamação e recurso, as comissões recenseadoras comunicam as rectificações daí resultantes à BDRE no prazo de cinco dias .
3.10	Inalterabilidade dos cadernos eleitorais	-	59.º da Lei 13/99	de 16-09-2017 a 01-10-2017	Os cadernos de recenseamento não podem ser alterados nos 15 dias anteriores a qualquer acto eleitoral (...) .

IV - IMPRESSÃO DOS BOLETINS DE VOTO

4.01	Escolher a tipografia	Câmara Municipal	93.º n.º 3	até 02-08-2017	A impressão dos boletins de voto e a aquisição do restante material destinado ao acto eleitoral são encargo das câmaras municipais, para o que, até ao 60º dia anterior ao da eleição , devem ser escolhidas, preferencialmente na área do município ou do distrito, as tipografias às quais será adjudicada a impressão.
4.02	Comunicar a sigla e símbolo das coligações à SGMAI	Tribunal Constitucional	17.º n.º 3	-	A sigla e o símbolo devem reproduzir rigorosamente o conjunto dos símbolos e siglas de cada um dos partidos que as integram e devem ser simultaneamente comunicados ao Ministério da Administração Interna, para efeitos do cumprimento do n.º 4 do artigo 30.º (anotada a constituição de coligações).
4.03	Enviar cópia do ato do sorteio das listas à CNE e ao presidente da câmara	Juiz do tribunal competente	30.º n.º 3	até 08-08-2017	Do acto de sorteio é lavrado auto, de que são imediatamente enviadas cópias à Comissão Nacional de Eleições e, bem assim, ao presidente da câmara municipal respectiva, para efeitos de impressão dos boletins de voto.
4.04	Remeter o papel necessário aos presidentes das câmaras	Imprensa Nacional - Casa da Moeda	93.º n.º 1	até 19-08-2017	O papel necessário à impressão dos boletins de voto é remetido pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda ao respectivo presidente da câmara municipal até ao 43º dia anterior ao da eleição .
4.05	Remeter às Câmaras municipais ou ao juiz competente as denominações, siglas e símbolos dos partidos políticos e coligações e os	Secretaria- Geral do Ministério da Administração Interna	30.º n.º 4 e 93.º n.º 2	até 22-08-2017	As denominações, siglas e símbolos dos partidos políticos e coligações devidamente legalizados, bem como os símbolos a utilizar na identificação dos órgãos a eleger, são remetidos pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna às câmaras municipais e ao juiz do juízo de competência genérica



	símbolos dos órgãos a eleger				com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que as denominações, siglas e símbolos são remetidos ao respetivo juiz, até ao 40.º dia anterior ao da eleição. As denominações, siglas e símbolos dos partidos políticos devidamente legalizados e das coligações registadas são remetidos pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna às câmaras municipais e ao juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que as denominações, siglas e símbolos são remetidos ao respetivo juiz, até ao 40.º dia anterior ao da eleição.
4.06	Exposição das provas tipográficas no edifício da câmara	Presidente da câmara municipal	94.º n.º 1	de 29-08-2017 a 31-08-2017	As provas tipográficas dos boletins de voto devem ser expostas no edifício da câmara municipal até ao 33.º dia anterior ao da eleição e durante três dias (...).
4.07	Reclamar para o juiz do tribunal competente	Qualquer interessado	94.º n.º 1	até 01-09-2017	(...) podendo os interessados reclamar, no prazo de vinte e quatro horas , para o juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que a reclamação é apresentada perante o respetivo juiz (...).
4.08	Decidir as reclamações	Juiz do tribunal competente	94.º n.º 1	até 04-09-2017 X	(...) o juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que a reclamação é apresentada perante o respetivo juiz, o qual julga em igual prazo (de 24 horas) , tendo em atenção o grau de qualidade que pode ser exigido em relação a uma impressão a nível local.
4.09	Recorrer para o TC	Reclamante	94.º n.º 2	até 05-09-2017	Da decisão do juiz cabe recurso, a interpor no prazo de vinte e quatro horas , para o Tribunal Constitucional (...).
4.10	Decidir os recursos	Tribunal Constitucional	94.º n.º 2	até 06-09-2017	(...) o Tribunal Constitucional (...) decide em igual prazo (de 24 horas) .
4.11	Imprimir os boletins de voto	Câmara municipal (Tipografia)	94.º n.º 3	entre 01-09-2017 e 06-09-2017	Findo o prazo de reclamação ou interposição do recurso ou decidido o que tenha sido apresentado, pode de imediato iniciar-se a impressão dos boletins de voto, ainda que alguma ou algumas das listas que eles integrem não tenham sido ainda definitivamente admitidas ou rejeitadas
V - ASSEMBLEIAS DE VOTO					
5.01	Determinar as secções de voto e comunicar às juntas de freguesia	Presidente da câmara municipal	68.º	até 27-08-2017	Até ao 35º dia anterior ao dia da eleição , o presidente da câmara municipal determina os desdobramentos, comunicando-os imediatamente à correspondente junta de freguesia.
5.02	Determinar os locais de voto, requisitar os edifícios necessários e comunicar às juntas de freguesia	Presidente da câmara municipal	70.º n.º 1	até 01-09-2017	Compete ao presidente da câmara municipal determinar os locais de funcionamento das assembleias de voto e proceder à requisição dos edifícios necessários, comunicando-os às correspondentes juntas de freguesia até ao 30º dia anterior ao da eleição.
5.03	Afixar os editais com os locais de voto	Juntas de freguesia	70.º n.º 2	até 03-09-2017	Até ao 28º dia anterior ao da eleição as juntas de freguesia anunciam, por editais a afixar nos lugares de

					estilo, os locais de funcionamento das assembleias de voto.
5.04	Recorrer para o tribunal competente	Presidente da junta de freguesia ou 10 eleitores pertencentes à assembleia de voto	70.º n.ºs 3 e 4	até 05-09-2017	Da decisão referida no n.º 1 (sobre os locais de funcionamento das assembleias de voto) cabe recurso para o juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que o recurso é apresentado perante o respetivo juiz. O recurso é interposto no prazo de dois dias após a afixação do edital , pelo presidente da junta de freguesia ou por 10 eleitores pertencentes à assembleia de voto em causa (...).
5.05	Decidir os recursos	Juiz do tribunal competente	70.º n.º 4	até 07-09-2017	(...) é decidido em igual prazo (de 2 dias) e a decisão é imediatamente notificada ao recorrente.
5.06	Recorrer para o TC	Presidente da junta de freguesia ou 10 eleitores pertencentes à assembleia de voto	70.º n.º 5	até 08-09-2017	Da decisão do juiz cabe recurso, a interpor no prazo de um dia , para o Tribunal Constitucional (...).
5.07	Decidir os recursos	Tribunal Constitucional	70.º n.ºs 5 e 6	até 11-09-2017 X	(...) o Tribunal Constitucional (...) decide em plenário em igual prazo (de um dia) . As alterações à comunicação a que se refere o n.º 1 (sobre os locais de funcionamento das assembleias de voto) resultantes de recurso são imediatamente comunicadas à câmara municipal e à junta de freguesia envolvida.
5.08	Afixar o edital com o dia, a hora e os locais de voto, bem como o número de inscrição no recenseamento dos eleitores correspondentes a cada assembleia	Presidente da câmara municipal	71.º	até 06-09-2017 (ou após a decisão do TC: 11-09-2017)	Até ao 25º dia anterior ao da eleição o presidente da câmara municipal anuncia, por edital afixado nos lugares de estilo, o dia, a hora e os locais em que se reúnem as assembleias de voto ou secções de voto. Dos editais consta também o número de inscrição no recenseamento dos eleitores correspondentes a cada assembleia de voto.
VI - MESAS ELEITORAIS					
6.01	Comunicar à junta de freguesia os representantes das candidaturas	Partidos políticos, coligações de partidos e grupos de cidadãos	74.º n.º 2	até 11-09-2017	O representante de cada candidatura é nomeado e credenciado, para o efeito, pela respectiva entidade proponente, que, até ao 20º dia anterior à eleição , comunica a respectiva identidade à junta de freguesia.
6.02	Reunião na sede da junta de freguesia	Representantes das candidaturas	74.º n.º 1 e 77.º n.º 1	às 21h00 de 13-09-2017	Os membros das mesas das assembleias de voto são escolhidos por acordo de entre os representantes das candidaturas ou, na falta de acordo, por sorteio. No 18º dia anterior ao da realização da eleição, pelas 21 horas , os representantes das candidaturas, devidamente credenciados, reúnem-se para proceder à escolha dos membros das mesas das assembleias de voto da freguesia, na sede da respectiva junta.
6.03	Comunicar o resultado da reunião ao presidente da câmara municipal	Presidente da junta de freguesia	-	13-09-2017	
6.04	Na falta de acordo, propor nomes ao presidente da câmara	Representantes das candidaturas	77.º n.º 2	até 16-09-2017	Se na reunião se não chegar a acordo, cada um dos representantes propõe ao presidente da câmara municipal, até ao 15º dia anterior ao da eleição , dois eleitores por cada lugar ainda por preencher, para que de entre eles se faça a escolha através de sorteio (...).
6.05	Sorteio dos nomes propostos	Presidente da câmara municipal	77.º n.º 2	17-09-2017	(...) sorteio a realizar dentro de vinte e quatro horas no edifício da câmara municipal e na presença

					dos representantes das entidades proponentes que a ele queiram assistir.
6.06	No caso de não haver propostas, designar os membros em falta	Presidente da câmara municipal	77.º n.ºs 3 e 4	até 17-09-2017	Não tendo sido apresentadas propostas (...), o presidente da câmara procede à designação dos membros em falta recorrendo à bolsa de agentes eleitorais constituída nos termos da lei. Se, ainda assim, houver lugares vagos, o presidente da câmara procede à designação por sorteio, de entre os eleitores da assembleia de voto.
6.07	Afixar edital com os nomes dos membros das mesas à porta da junta de freguesia	Presidente da junta de freguesia	78.º n.º 1	até 19-09-2017	Os nomes dos membros das mesas são publicados por edital afixado no prazo de dois dias à porta da sede da junta de freguesia e notificados aos nomeados (...).
6.08	Reclamar para o juiz do tribunal competente	Qualquer eleitor	78.º n.º 1	até 21-09-2017	(...) podendo qualquer eleitor reclamar contra a designação perante o juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que a reclamação é apresentada perante o respetivo juiz, no mesmo prazo (de dois dias) , com fundamento em preterição de requisitos fixados na lei.
6.09	Decidir a reclamação	Juiz do tribunal competente	78.º n.º 2	até 22-09-2017	O juiz decide a reclamação no prazo de um dia e, se a atender, procede imediatamente à escolha, comunicando-a ao presidente da câmara municipal.
6.10	Elaborar os alvarás e comunicar às juntas de freguesia	Presidente da câmara municipal	79.º	até 25-09-2017	Até cinco dias antes da eleição , o presidente da câmara municipal lavra alvará de designação dos membros das mesas das assembleias de voto e participa as nomeações às juntas de freguesia respectivas.
6.11	Invocar impedimento	Eleitor designado membro de mesa	80.º n.º 4	até 27-09-2017	A invocação de causa justificativa é feita, sempre que o eleitor o possa fazer, até três dias antes da eleição , perante o presidente da câmara municipal.
6.12	Substituir os membros de mesa impedidos	Presidente da câmara municipal	80.º n.º 5	até 27-09-2017	(...) o presidente da câmara procede imediatamente à substituição, nomeando outro eleitor pertencente à assembleia de voto, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 77.º (recorrendo à bolsa de agentes eleitorais ou por sorteio entre os eleitores da assembleia de voto).

VII - VOTO ANTECIPADO

Podem votar antecipadamente:

- Militares, agentes de forças e serviços de segurança interna e os bombeiros e agentes da proteção civil que no dia da eleição estejam impedidos de se deslocar à assembleia de voto por imperativo inadiável de exercício das suas funções no País ou no estrangeiro - 117.º n.º 1 al. a)
- Membros integrantes de delegações oficiais do Estado que, por deslocação ao estrangeiro em representação do País, se encontrem impedidos de se deslocar à assembleia de voto no dia da eleição - 117.º n.º 1 al. b)
- Trabalhadores marítimos e aeronáuticos, bem como os ferroviários e os rodoviários de longo curso que por força da sua atividade profissional se encontrem presumivelmente deslocados no dia da eleição - 117.º n.º 1 al. c)
- Membros que representem oficialmente seleções nacionais, organizadas por federações desportivas dotadas de estatuto de utilidade pública desportiva, e se encontrem deslocados no estrangeiro, em competições desportivas, no dia da eleição - 117.º n.º 1 al. d)
- Eleitores que por motivo de doença se encontrem internados ou presumivelmente internados em estabelecimento hospitalar e impossibilitados de se deslocar à assembleia de voto - 117.º n.º 1 al. e)
- Eleitores que se encontrem presos e não privados de direitos políticos - 117.º n.º 1 al. f)
- Todos os eleitores não abrangidos pelas alíneas anteriores que, por força da representação de qualquer pessoa coletiva dos setores público, privado ou cooperativo, das organizações representativas dos trabalhadores ou de organizações representativas das atividades económicas, e, ainda, outros eleitores que, por imperativo decorrente das suas funções profissionais, se encontrem impedidos de se deslocar à assembleia de voto no dia da eleição - 117.º n.º 1 al. g)
- Estudantes de instituições de ensino inscritos em estabelecimentos situados em distrito, região autónoma ou ilha diferentes daqueles por onde se encontram inscritos no recenseamento eleitoral. - 117.º n.º 2

Eleitores abrangidos pelo art.º 117.º n.º 1 als. a), b), c), d) e g)

7.01	Votar perante o presidente da câmara	Eleitores (razões profissionais)	118.º n.º 1	de 21-09-2017 a 26-09-2017	Qualquer eleitor que esteja nas condições previstas nas alíneas a), b), c), d) e g) do n.º 1 do artigo anterior (artigo 117.º) pode dirigir -se ao presidente da câmara do município em cuja área se encontre recenseado, entre o 10.º e o 5.º dias anteriores ao da eleição , manifestando a sua vontade de exercer antecipadamente o direito de sufrágio.
-------------	--------------------------------------	----------------------------------	-------------	----------------------------	--

Eleitores abrangidos pelo art.º 117.º n.º 1 als. e) e f) e n.º 2

7.02	Requerer o voto antecipado, enviando cópias do CC/BI e cartão/certidão de eleitor e do documento comprovativo do impedimento invocado	Eleitores (internados, presos e estudantes)	119.º n.º 1 e 120.º n.ºs 1 e 2	até 11-09-2017	Os eleitores que se encontrem nas condições previstas nas alíneas e) e f) do n.º 1 do artigo 117.º e no n.º 2 do artigo 117º podem requerer, por meios electrónicos ou por via postal, ao presidente da câmara do município em que se encontrem recenseados, até ao 20.º dia anterior ao da eleição , a documentação necessária ao exercício do direito de voto, enviando cópias do cartão de cidadão ou bilhete de identidade e cartão ou certidão de eleitor, juntando documento comprovativo do impedimento invocado, passado pelo médico assistente e confirmado pela direcção do estabelecimento hospitalar, ou pelo director do estabelecimento prisional, ou pela direcção do estabelecimento de ensino que ateste a sua admissão ou frequência.
7.03	Enviar a documentação necessária ao exercício do direito de voto e/ou a relação nominal dos referidos eleitores e a indicação dos estabelecimentos hospitalares, prisionais ou de ensino	Presidente da câmara do município onde o cidadão se encontra recenseado	119.º n.º 2 e 120.º n.º 1	até 14-09-2017	O presidente da câmara (...) envia, por correio registado com aviso de recepção, até ao 17º dia anterior ao da eleição : a) Ao eleitor a documentação necessária ao exercício do direito de voto, acompanhada dos documentos enviados pelo eleitor; b) Ao presidente da câmara do município onde se encontrem eleitores (...) a relação nominal dos referidos eleitores e a indicação dos estabelecimentos hospitalares, prisionais ou de ensino abrangidos.
7.04	Notificar as candidaturas	Presidente da câmara do município onde se situa o estabelecimento de ensino, hospitalar ou prisional	119.º n.º 3 e 120.º n.º 3	até 15-09-2017	O presidente da câmara do município onde se situe o estabelecimento hospitalar, prisional ou de ensino notifica as listas concorrentes à eleição, até ao 16º dia anterior ao da votação (...), dando conhecimento de quais os estabelecimentos onde se realiza o voto antecipado.
7.05	Indicar os delegados ao presidente da câmara do município onde se situar o estabelecimento	Partidos políticos, coligações de partidos e grupos de cidadãos	119.º n.º 4 e 120.º n.º 3	até 17-09-2017	A nomeação de delegados dos partidos políticos e coligações deve ser transmitida ao presidente da câmara até ao 14º dia anterior ao da eleição .
7.06	Recolher os votos nos estabelecimentos hospitalares, prisionais ou de ensino *	Presidente da câmara (vice-presidente ou vereador) do município onde se situa o estabelecimento de ensino, hospitalar ou prisional	119.º n.º 5 e 120.º n.º 3	de 18-09-2017 a 21-09-2017	Entre o 10.º e o 13.º dias anteriores ao da eleição o presidente da câmara municipal em cuja área se encontre situado o estabelecimento hospitalar ou prisional com eleitores nas condições do n.º 1, em dia e hora previamente anunciados ao respectivo director e aos delegados das entidades proponentes, desloca-se ao mesmo estabelecimento a fim de ser dado cumprimento, com as necessárias adaptações ditadas pelos constrangimentos dos regimes hospitalares ou prisionais, ao disposto nos n.ºs 2 a 9 do artigo anterior. O exercício do direito de voto faz-se perante o presidente da câmara do município onde o eleitor

					frequente o estabelecimento de ensino superior, no prazo e termos previstos nos n.ºs 3 a 7 do artigo 119.º. * <i>Convém que o estudante, até ao 14.º dia anterior ao da eleição, contacte o gabinete do presidente da câmara da área do estabelecimento de ensino para acordar na forma mais eficaz de garantir o exercício do voto.</i> (Deliberação CNE)
Geral					
7.07	Enviar os votos à junta de freguesia	Presidente da câmara municipal que procedeu à recolha dos votos	118.º n.º 9	até 27-09-2017	O presidente da câmara municipal envia, pelo seguro do correio, o sobrescrito azul à mesa da assembleia de voto em que o eleitor deveria exercer o direito de sufrágio, ao cuidado da respectiva junta de freguesia, até ao 4º dia anterior ao da realização da eleição.
7.08	Entregar os votos ao presidente da mesa de voto	Junta de freguesia	118.º n.º 10	até às 8h00 de 01-10-2017	A junta de freguesia remete os votos recebidos ao presidente da mesa da assembleia de voto até à hora prevista no n.º 1 do artigo 105.º (às 8 horas do dia marcado para a realização da eleição).
VIII - PROPAGANDA E CAMPANHA ELEITORAL					
8.01	Anunciar os locais adicionais para afixar propaganda	Câmara municipal	7.º n.º 3 Lei 97/88	até 19-08-2017	Até 30 dias do início de cada campanha eleitoral , as câmaras municipais devem publicar editais onde constem os locais onde pode ser afixada propaganda política, os quais não podem ser inferiores a um local por 5000 eleitores ou por freguesia.
8.02	Indicar o horário dos tempos de antena ao tribunal competente	Operadores radiofónicos	57.º n.º 2	até 08-09-2017	Até 10 dias antes da abertura da campanha eleitoral , os operadores devem indicar ao juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que a indicação é feita ao respetivo juiz, o horário previsto para as emissões relativas ao exercício do direito de antena.
8.03	Declarar a disponibilidade das salas de espetáculos para ações de campanha	Proprietários das salas de espetáculos ou de outros recintos	64.º n.º 1	até 08-09-2017	Os proprietários de salas de espetáculos ou de outros recintos de normal utilização pública que reúnam condições para serem utilizados na campanha eleitoral devem declará-lo ao presidente da câmara municipal até 10 dias antes da abertura da campanha eleitoral , indicando as datas e as horas em que as salas ou recintos podem ser utilizados para aquele fim.
8.04	Requisitar as salas de espetáculos ou outros recintos	Presidente da câmara municipal	64.º n.º 2	-	Na falta da declaração ou em caso de comprovada carência, o presidente da câmara municipal pode requisitar as salas e os recintos que considere necessários à campanha eleitoral, sem prejuízo da actividade normal e programada para os mesmos.
8.05	Homologar a tabela de compensação pela emissão de tempos de antena	Membro do Governo competente	61.º n.º 2	até 13-09-2017	O Estado, através do Ministério da Administração Interna, compensa os operadores radiofónicos pela utilização, devidamente comprovada, correspondente às emissões previstas no n.º 2 do artigo 57.º (dos tempos de antena), mediante o pagamento de quantia constante de tabelas a homologar por portaria do membro do Governo competente até ao 6.º dia anterior à abertura da campanha eleitoral.
8.06	Sorteio dos tempos de antena	Juiz do tribunal competente	58.º n.º 3	até 15-09-2017	A distribuição dos tempos de antena é feita pelo juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que essa distribuição é feita pelo respetivo juiz, mediante sorteio, até três dias antes do início da campanha , e



					comunicada de imediato, dentro do mesmo prazo, aos operadores envolvidos.
8.07	Repartir a utilização dos edifícios públicos e das salas de espetáculo	Presidente da Câmara municipal	63.º n.º 1 e 2 e 64.º n.ºs 3 e 4	até 15-09-2017	<p>O presidente da câmara municipal deve procurar assegurar a cedência do uso, para fins da campanha eleitoral, de edifícios públicos e recintos pertencentes ao Estado e outras pessoas colectivas de direito público, repartindo com igualdade a sua utilização pelos concorrentes na autarquia em que se situar o edifício ou recinto.</p> <p>A repartição em causa é feita por sorteio quando se verifique concorrência e não seja possível acordo entre os interessados e a utilização é gratuita.</p> <p>O tempo destinado a propaganda eleitoral (...) é repartido igualmente pelas candidaturas concorrentes que o desejem e tenham apresentado o seu interesse no que respeita ao círculo onde se situar a sala.</p> <p>Até três dias antes da abertura da campanha eleitoral, o presidente da câmara municipal, ouvidos os mandatários das listas, procede à repartição dos dias e das horas a atribuir a cada candidatura, assegurando a igualdade entre todas, recorrendo ao sorteio quando se verifique concorrência e não seja possível o acordo entre os interessados.</p>
8.08	Definir os espaços especiais para afixar propaganda	Junta de freguesia	62.º n.º 1	até 15-09-2017	As juntas de freguesia estabelecem, até três dias antes do início da campanha eleitoral , espaços especiais em locais certos destinados à afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos.
8.09	Campanha eleitoral	-	47.º	de 19-09-2017 a 29-09-2017	O período da campanha eleitoral inicia-se no 12º dia anterior e finda às 24 horas da antevéspera do dia designado para as eleições.
8.10	Proibição de divulgação de sondagens ou de inquéritos de opinião	-	10.º Lei 10/2000	entre as 0h00 de 30-09-2017 e as 20h00 de 01-10-2017	É proibida a publicação e a difusão bem como o comentário, a análise e a projecção de resultados de qualquer sondagem ou inquérito de opinião, directa ou indirectamente relacionados com actos eleitorais (...) desde o final da campanha relativa à realização do acto eleitoral até ao encerramento das urnas em todo o País.
8.11	Registar e arquivar os tempos de antena	Operadores radiofónicos	57.º n.º 5	até 29-09-2018	Os operadores registam e arquivam os programas correspondentes ao exercício do direito de antena pelo prazo de um ano .
IX- ELEIÇÃO, APURAMENTO DE RESULTADOS E CONTENCIOSO ELEITORAL					
9.01	Desdobramento das assembleias de apuramento geral	Secretário-Geral da Administração Interna	141º n.ºs 2 e 3	até 17-09-2017	No município de Lisboa podem constituir-se quatro assembleias de apuramento e nos restantes municípios com mais de 200 000 eleitores podem constituir-se duas assembleias de apuramento. Compete ao (Secretário-Geral da Administração Interna) decidir, até ao 14º dia anterior à data da eleição , sobre o desdobramento (...).
9.02	Indicar os delegados para as secções de voto	Partidos políticos, coligações de partidos e grupos de cidadãos	87.º n.º 1	até 26-09-2017	Até ao 5º dia anterior ao da realização da eleição as entidades proponentes das listas concorrentes indicam por escrito ao presidente da câmara municipal os delegados correspondentes às diversas assembleias e secções de voto e apresentam-lhe para assinatura e autenticação as credenciais respectivas.

9.03	Entregar 2 cópias dos cadernos de recenseamento à junta de freguesia	Comissão recenseadora	72.º n.º 1	até 28-09-2017	Até dois dias antes do dia da eleição , a comissão recenseadora procede à extracção de duas cópias devidamente autenticadas dos cadernos de recenseamento, confiando-as à junta de freguesia.
9.04	Enviar ao presidente da junta de freguesia os elementos de trabalho da mesa	Presidente da câmara municipal	72.º n.º 3	até 28-09-2017	Até dois dias antes da eleição , o presidente da câmara municipal envia ao presidente da junta de freguesia: a) Os boletins de voto; b) Um caderno destinado à acta das operações eleitorais, com termo de abertura por ele assinado e com todas as folhas por ele rubricadas; c) Os impressos e outros elementos de trabalho necessários; d) Uma relação de todas as candidaturas definitivamente admitidas com a identificação dos candidatos, a fim de ser afixada, por edital, à entrada da assembleia de voto.
9.05	Constituição da assembleia de apuramento geral	Presidente da assembleia de apuramento geral	144.º	até 29-09-2017	A assembleia de apuramento geral deve ficar constituída até à antevéspera do dia da realização da eleição . O presidente dá imediato conhecimento público da constituição da assembleia através de edital a afixar à porta do edifício da câmara municipal.
Dia da Eleição					
9.06	Presença na assembleia de voto	Membros de mesa	82.º n.º 3	até às 7h00 de 01-10-2017	(...) os membros das mesas das assembleias ou secções de voto devem estar presentes no local do seu funcionamento uma hora antes da marcada para o início das operações eleitorais , a fim de que estas possam começar à hora fixada.
9.07	Entregar o material eleitoral ao presidente da mesa	Presidente da junta de freguesia	72.º n.º 5	até às 7h00 de 01-10-2017	O presidente da junta de freguesia providencia pela entrega ao presidente da mesa de cada assembleia ou secção de voto dos elementos referidos nos números anteriores (cópias dos cadernos de recenseamento, boletins de voto; caderno destinado à acta das operações eleitorais; impressos e outros elementos de trabalho necessários; relação de todas as candidaturas definitivamente admitidas), até uma hora antes da abertura da assembleia .
9.08	Afixar as listas de candidatos e os boletins de voto à entrada da assembleia de voto	Presidente da assembleia de voto	35.º n.º 2 e 105.º n.º 2	01-10-2017	No dia da eleição as listas sujeitas a sufrágio são novamente publicadas por editais afixados à entrada das assembleias de voto juntamente com os boletins de voto. O presidente declara aberta a assembleia de voto, manda afixar os documentos a que se referem o n.º 2 do artigo 35.º e o n.º 2 do artigo 82.º, procede com os restantes membros da mesa e os delegados das candidaturas à revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da mesa e exhibe a urna perante os presentes para que todos possam certificar-se de que se encontra vazia.
9.09	Afixar o edital com os nomes e números de eleitor dos membros de mesa e o número de eleitores inscritos nessa assembleia	Presidente da assembleia de voto	82.º n.º 2	01-10-2017	Após a constituição da mesa, é afixado à entrada do edifício em que estiver reunida a assembleia de voto um edital, assinado pelo presidente, contendo os nomes e números de inscrição no recenseamento dos cidadãos que formam a mesa e o número de eleitores inscritos nessa assembleia.

9.10	Dia da Eleição	-	105.º n.º 1 e 110.º n.º 1	01-10-2017	A assembleia de voto abre às 8 horas do dia marcado para a realização da eleição , depois de constituída a mesa. A admissão de eleitores na assembleia de voto faz-se até às 19 horas .
9.11	Abertura de serviços públicos no dia da eleição	Juntas de freguesia, centros de saúde ou locais equiparados e tribunais	104.º	01-10-2017	No dia da realização da eleição , durante o período de funcionamento das assembleias de voto, mantêm-se abertos os serviços: a) Das juntas de freguesia para efeito de informação dos eleitores acerca do seu número de inscrição no recenseamento eleitoral; b) Dos centros de saúde ou locais equiparados, para emissão de atestados médicos, para efeito do disposto no n.º 3 do artigo 99.º e no n.º 2 do artigo 116.º para emissão de atestados médicos; c) Dos tribunais, para efeitos de recepção do material eleitoral referido no artigo 140.º.
9.12	Reclamar, protestar ou contraprotestar das irregularidades da votação	Qualquer eleitor ou qualquer delegado	121.º n.º 1 e 156.º n.º 1	01-10-2017	Além dos delegados das listas concorrentes à eleição, qualquer eleitor inscrito na assembleia de voto pode suscitar dúvidas e apresentar por escrito reclamação, protesto ou contraprotesto relativos às operações eleitorais da mesma assembleia e instruí-los com os documentos convenientes. As irregularidades ocorridas no decurso da votação (...) podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objecto de reclamação ou protesto apresentado no acto em que se verificaram.
9.13	Deliberar as reclamações, protestos e contraprotostos	Mesa de voto	121.º n.ºs 3 e 4	01-10-2017	As reclamações, os protestos e os contraprotostos têm de ser objecto de deliberação da mesa, que pode tomá-la no final, se entender que isso não afecta o andamento normal da votação. Todas as deliberações da mesa são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes e fundamentadas, tendo o presidente voto de desempate.
9.14	Permissão da divulgação de notícias e reportagens sobre o sentido de voto de algum eleitor ou resultados do apuramento	Órgãos de comunicação social	127.º	01-10-2017	As notícias ou quaisquer outros elementos de reportagem que divulguem o sentido de voto de algum eleitor ou os resultados do apuramento só podem ser difundidos ou publicados após o encerramento de todas as assembleias de voto.
Apuramento Local					
9.15	Apuramento local	-	129.º a 140.º	01-10-2017	Encerrada a votação (...).
9.16	Reclamar, protestar ou contraprotestar das irregularidades do apuramento local	Qualquer delegado	134.º n.º 1 e 156.º n.º 1	01-10-2017	Os delegados das candidaturas concorrentes têm o direito de examinar os lotes dos boletins separados, bem como os correspondentes registos, sem alterar a sua composição e, no caso de terem dúvidas ou objecções em relação à contagem ou à qualificação dada ao voto de qualquer boletim, têm o direito de solicitar esclarecimentos ou apresentar reclamações ou protestos perante o presidente. As irregularidades ocorridas (...) no apuramento local (...) podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objecto de reclamação ou protesto apresentado no acto em que se verificaram.
9.17	Deliberar as reclamações, protestos e contraprotostos	Assembleia de voto	134.º	01-10-2017	

9.18	Afixar o edital do apuramento local à porta da assembleia de voto	Assembleia de voto	135.º	01-10-2017	O apuramento (...) é imediatamente publicado por edital afixado à porta principal do edifício da assembleia ou da secção de voto (...).
9.19	Comunicar os resultados à junta de freguesia ou à entidade para esse efeito designada	Presidentes das assembleias ou secções de voto	136.º n.º 1	01-10-2017	Os presidentes das mesas das assembleias de voto comunicam imediatamente à junta de freguesia ou à entidade para esse efeito designada pelo (Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna) ou pelo Representante da República, consoante os casos, os elementos constantes do edital (...).
9.20	Apurar os resultados na freguesia e comunicar ao Secretário-Geral do MAI	Junta de freguesia ou a entidade designada pelo Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna ou Representante da República	136.º n.ºs 2 e 3	01-10-2017	A entidade a quem é feita a comunicação apura os resultados da eleição na freguesia e comunica-os imediatamente ao Secretário-Geral da Administração Interna ou ao Representante da República, consoante os casos. O respectivo Representante da República transmite imediatamente os resultados à (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna).
9.21	Remeter os boletins de voto válidos, não protestados, ao juiz do tribunal competente (através das forças de segurança)	Presidentes das assembleias ou secções de voto	138.º n.º 1, 104.º al. c) e 140.º n.º 2	01-10-2017	Os restantes boletins de voto, devidamente empacotados e lacrados, são confiados à guarda do juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, caso em que os boletins ficam confiados à guarda do respetivo juiz. No dia da realização da eleição , durante o período de funcionamento das assembleias de voto, mantêm-se abertos os serviços: (...) Dos tribunais, para efeitos de recepção do material eleitoral (...). (...) o presidente da assembleia de apuramento geral requisita os elementos das forças de segurança necessários para que estes procedam à recolha de todo o material eleitoral, que será depositado no edifício do tribunal (...).
9.22	Remeter as atas, cadernos, boletins de voto nulos ou protestados e demais documentos ao presidente da assembleia de apuramento geral (através das forças de segurança)	Presidentes das assembleias ou secções de voto	137.º n.º 1 e 140.º	01-10-2017	Os boletins de voto nulos e aqueles sobre os quais haja reclamação ou protesto são, depois de rubricados, remetidos à assembleia de apuramento geral com os documentos que lhes digam respeito. No final das operações eleitorais, os presidentes das mesas das assembleias ou secções de voto entregam pelo seguro do correio ou pessoalmente, contra recibo, as atas, os cadernos e demais documentos respeitantes à eleição ao presidente da assembleia de apuramento geral. (...) o presidente da assembleia de apuramento geral requisita os elementos das forças de segurança necessários para que estes procedam à recolha de todo o material eleitoral, que será depositado no edifício do tribunal de comarca do círculo eleitoral municipal respetivo.
9.23	Devolver os boletins de voto não utilizados e inutilizados ao presidente da câmara municipal (através das forças de segurança)	Presidentes das juntas de freguesia e presidentes das assembleias de voto	95.º n.º 2 e 140.º n.º 2	02-10-2017	Os presidentes das juntas de freguesia e os presidentes das assembleias de voto prestam contas dos boletins de voto que tiverem recebido perante os respectivos remetentes, a quem devem devolver, no dia seguinte ao da eleição, os boletins de voto não utilizados ou inutilizados pelos eleitores. (...) o presidente da assembleia de apuramento geral requisita os elementos das forças de segurança necessários para que estes procedam à recolha de todo o material eleitoral, que será depositado no

					edifício do tribunal de comarca do círculo eleitoral municipal respectivo.
Apuramento Geral					
9.24	Apuramento Geral	-	147.º	às 9h00 de 03-10-2017	A assembleia de apuramento geral inicia as operações às 9 horas do 2º dia seguinte ao da realização da eleição.
9.25	Recorrer perante a assembleia de apuramento geral das decisões tomadas pela assembleia de voto	Apresentante da reclamação, do protesto ou do contraprotesto	156.º n.º 2	03-10-2017	Das irregularidades ocorridas no decurso da votação ou do apuramento local pode ser interposto recurso contencioso, sem prejuízo da interposição de recurso gracioso perante a assembleia de apuramento geral no 2º dia posterior ao da eleição.
9.26	Reclamar, protestar ou contraprotostar das irregularidades do apuramento geral	Candidatos, mandatários e representantes das candidaturas	143.º e 156.º n.º 1	03-10-2017	Os representantes das candidaturas concorrentes têm o direito de assistir, sem voto, aos trabalhos da assembleia de apuramento geral, bem como de apresentar reclamações, protestos ou contraprotostos. As irregularidades ocorridas no (...) apuramento geral podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objecto de reclamação ou protesto apresentado no acto em que se verificaram.
9.27	Deliberar as reclamações, protestos e contraprotostos	Assembleia de apuramento geral	151.º n.º 1	03-10-2017	Do apuramento geral é imediatamente lavrada acta donde constem os resultados das respectivas operações, as reclamações, os protestos e os contraprotostos apresentados (...) e as decisões que sobre eles tenham recaído.
9.28	Proclamar os resultados do apuramento geral e publicar por edital à porta da assembleia	Presidente da assembleia de apuramento geral	150.º	até 05-10-2017	Os resultados do apuramento geral são proclamados pelo presidente da assembleia até ao 4º dia posterior ao da votação e, em seguida, publicados por meio de edital afixado à porta do edifício onde funciona a assembleia.
9.29	Enviar um exemplar da ata de apuramento geral à CNE	Presidente da assembleia de apuramento geral	151.º n.º 2	-	No dia posterior àquele em que se concluir o apuramento geral , o presidente envia um dos exemplares da acta à Comissão Nacional de Eleições, por seguro do correio ou por próprio, contra recibo.
Contencioso Eleitoral					
9.30	Contencioso eleitoral	-	156.º a 160.º	-	
9.31	Recorrer das irregularidades da votação e dos apuramentos local e geral para o TC	Apresentante da reclamação, do protesto ou do contraprotesto, candidatos, mandatários, partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos e seus delegados ou representantes	156.º n.º 1, 157º e 158º	-	As irregularidades ocorridas no decurso da votação e no apuramento local ou geral podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objecto de reclamação ou protesto apresentado no acto em que se verificaram. Da decisão sobre a reclamação, protesto ou contraprotesto podem recorrer, além dos respectivos apresentantes, os candidatos, os mandatários, os partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos e seus delegados ou representantes, intervenientes no acto eleitoral. O recurso contencioso é interposto perante o Tribunal Constitucional no dia seguinte ao da afixação do edital contendo os resultados do apuramento.
9.32	Notificar os representantes dos partidos, coligações e grupos para responderem ao recurso	Tribunal Constitucional	159.º n.º 3	-	Os representantes dos partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos intervenientes na eleição são imediatamente notificados para responderem, querendo, no prazo de um dia.

9.33	Responder ao recurso	Representantes dos partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos	159.º n.º 3	-	Os representantes dos partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos intervenientes na eleição são imediatamente notificados para responderem, querendo, no prazo de um dia .
9.34	Decidir o recurso	Plenário do Tribunal Constitucional	159.º n.º 4	-	O Tribunal Constitucional decide definitivamente em plenário no prazo de 2 dias (...) .
9.35	Adiamento da votação em caso de impossibilidade de abertura da assembleia de voto ou interrupção da votação por período superior a 3 horas	Presidente da câmara municipal	15.º n.º 3 e 111.º n.º 1 (106.º, 107.º n.º 2 e 109.º n.ºs 3 e 4)	08-10-2017	A marcação do dia da votação suplementar a que haja lugar por razões excepcionais previstas na lei compete ao presidente da câmara municipal. Nos casos previstos no artigo 106.º, no n.º 2 do artigo 107.º e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 109.º, a votação realiza-se no 7.º dia subsequente ao da realização da eleição.
9.36	Adiamento da votação em caso de ocorrência de grave calamidade na freguesia ou em caso de empate	Presidente da câmara municipal	15.º n.º 3 e 111.º n.º 2 (106.º alínea c)	até 15-10-2017	A marcação do dia da votação suplementar a que haja lugar por razões excepcionais previstas na lei compete ao presidente da câmara municipal. Quando as operações de votação não tenham podido realizar-se ou prosseguir por ocorrência de grave calamidade na freguesia, pode o respectivo presidente da câmara municipal adiar a realização da votação até ao 14.º dia subsequente, anunciando o adiamento logo que conhecida a respectiva causa.
9.37	Repetição do ato eleitoral em caso de declaração da nulidade	-	160.º n.º 2	-	Declarada a nulidade da votação numa ou em mais assembleias ou secções de voto, os actos eleitorais correspondentes são repetidos no 2.º domingo posterior à decisão , havendo lugar, em qualquer caso, a uma nova assembleia de apuramento geral.
9.38	Completar as operações de apuramento geral	Assembleia de apuramento geral	147.º n.º 2, 155.º e 160.º n.º 2	-	Em caso de adiamento ou declaração de nulidade da votação em qualquer assembleia de voto, a assembleia de apuramento geral reúne no dia seguinte ao da votação ou do reconhecimento da impossibilidade da sua realização para completar as operações de apuramento.
9.39	Convocar os eleitos para o ato de instalação do órgão	Presidente do órgão deliberativo cessante, presidente da comissão administrativa cessante ou o cidadão melhor posicionado na lista vencedora	225.º n.º 2 (7.º, 43.º e 60.º da Lei 169/99)	-	Compete ao presidente do órgão deliberativo cessante ou ao cidadão melhor posicionado na lista vencedora (...), proceder à convocação dos candidatos eleitos, para o acto de instalação do órgão, nos cinco dias subsequentes ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais .
9.40	Instalar o órgão	Presidente do órgão deliberativo cessante, presidente da comissão administrativa cessante ou o cidadão melhor posicionado na lista vencedora	225.º n.º 2 (8.º, 44.º e 60.º da Lei 169/99)	-	A instalação do órgão é feita, pela entidade referida no número anterior, até ao 20.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais e é precedida da verificação da identidade e legitimidade dos eleitos a efectuar pelo responsável pela instalação
9.41	Remeter à SGMAI a identificação dos eleitos	Presidente da câmara municipal	234.º n.º 1	até 31-10-2017	O presidente da câmara municipal remete à (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna) os nomes e demais elementos de identificação dos cidadãos eleitos e respectivos cargos, no prazo de 30 dias após a eleição .
Mapa Nacional da Eleição					
9.42	Publicar o mapa oficial com o resultado das eleições	Comissão Nacional de Eleições	154.º	-	Nos 30 dias subsequentes à recepção das actas de todas as assembleias de apuramento geral , a Comissão Nacional de Eleições elabora e faz publicar no Diário da República, 1.ª série, um mapa oficial com o

					resultado das eleições, por freguesias e por municípios (...).
Realização de novo ato eleitoral					
9.43	Realização de novo ato eleitoral, no caso de desistência ou rejeição de listas	Presidente da câmara municipal	37.º	até 01-2018	No caso de inexistência de listas de candidatos tem lugar um novo acto eleitoral (...). Se a inexistência se dever (...) a desistência ou a rejeição, o novo acto eleitoral realiza-se até ao 3.º mês, inclusive, que se seguir àquela data (das eleições gerais). Cabe ao presidente da câmara municipal a marcação do dia de realização do novo acto eleitoral.
9.44	Realização de novo ato eleitoral, no caso de falta de apresentação de listas	Presidente da câmara municipal	37.º	até 04-2018	No caso de inexistência de listas de candidatos tem lugar um novo acto eleitoral (...). Se a inexistência se dever a falta de apresentação de listas de candidatos, o novo acto eleitoral realiza-se até ao 6.º mês posterior à data das eleições gerais, inclusive (...). Cabe ao presidente da câmara municipal a marcação do dia de realização do novo acto eleitoral.
X - PRESTAÇÃO DAS CONTAS DA CAMPANHA					
10.01	Publicar a lista indicativa do valor dos meios de campanha	Entidade	9.º da LO 2/2005	até 12-05-2017	Até ao dia de publicação do decreto que marca a data das eleições , deve a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, após consulta de mercado, publicar uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, designadamente publicações, painéis publicitários e meios necessários à realização de comícios. A lista é disponibilizada no sítio oficial do Tribunal Constitucional na Internet no dia seguinte à sua apresentação e serve de meio auxiliar nas acções de fiscalização.
10.02	Apresentar o orçamento junto do TC	Partido político, coligação e grupo de cidadãos	17.º n.º 1 da LO 2/2005	até 07-08-2017	Até ao último dia do prazo para entrega das candidaturas , os partidos, coligações e grupos de cidadãos eleitores apresentam ao Tribunal Constitucional o seu orçamento de campanha.
10.03	Publicar a lista dos mandatários financeiros	Partido político, coligação e grupo de cidadãos	21.º n.º 4 da Lei 19/2003	até 06-09-2017	No prazo de 30 dias após o termo do prazo de entrega de listas, o partido, a coligação e o grupo de cidadãos promovem a publicação, em jornal de circulação nacional, da lista completa dos mandatários financeiros.
10.04	Solicitar a subvenção pública ao Presidente da Assembleia da República	Mandatário financeiro	17.º n.º 6 da Lei 19/2003	-	A subvenção é solicitada ao Presidente da Assembleia da República nos 15 dias posteriores à declaração oficial dos resultados eleitorais , devendo, em eleições autárquicas, os mandatários identificar o município ou os municípios a que o respectivo grupo de cidadãos eleitores, partido ou coligação apresentou candidatura.
10.05	Adiantar 50 % do valor estimado para a subvenção pública	Assembleia da República	17.º n.º 7 da Lei 19/2003	-	A Assembleia da República procede ao adiantamento, no prazo máximo de 15 dias a contar da entrega da solicitação , do montante correspondente a 50 % do valor estimado para a subvenção.
10.06	Comunicar à ECFP as acções de campanha	Partido político, coligação e grupo de cidadãos	16.º n.ºs 1 e 4 da LO 2/2005	-	Os partidos políticos e coligações (...), bem como os grupos de cidadãos eleitores (...), estão obrigados a comunicar à Entidade as acções de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

					O prazo para o cumprimento do dever de comunicação das acções de campanha eleitoral realizadas e dos meios nelas utilizados termina na data de entrega das respectivas contas.
10.07	Prestar as contas junto do TC	Partido político, coligação e grupo de cidadãos	27.º n.º 1 da Lei 19/2003	-	No prazo máximo de 90 dias , após o integral pagamento da subvenção pública, cada candidatura presta ao Tribunal Constitucional as contas discriminadas da sua campanha eleitoral.
10.08	Enviar as contas à ECFP	Tribunal Constitucional	36.º da LO 2/2005	-	Após a recepção das contas das campanhas eleitorais, o Tribunal Constitucional remete-as à Entidade para instrução do processo e apreciação.
10.09	Auditar as contas	Entidade	38.º da LO 2/2005	-	No âmbito da instrução dos processos, a Entidade inicia os procedimentos de auditoria às contas das campanhas eleitorais, no prazo de cinco dias após a sua recepção. A auditoria é concluída no prazo de 35 dias.
10.10	Apreciar a legalidade das receitas e despesas e a regularidade das contas	Tribunal Constitucional	27º n.º 4 da Lei 19/2003 e 43.º n.º 2 da LO 2/2005	-	O Tribunal Constitucional aprecia, no prazo de 90 dias , a legalidade das receitas e despesas e a regularidade das contas.